



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 180/2022

Processo Licitatório nº: 18.528/2022

Processo de Recurso n.º: 29.073/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 180/2022

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Aquisição, sob demanda, de KIT ENXOVAL PARA RECÉM NASCIDO, para atender a necessidade do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, pelo período de 12 (doze) meses**

RECORRENTE: FB COMERCIO DE ENXOVAIS E ACESSORIOS LTDA

RECORRIDO: PREGOEIRO

Trata-se de RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa, FB COMERCIO DE ENXOVAIS E ACESSORIOS LTDA, por meio de seu representante legal, com esboço no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pelo PREGOEIRO da Comissão de Pregão II, no Edital Pregão Eletrônico n.º 180/2022.

Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão II

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 174/2022 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

Às 10:00 horas do dia 01 de novembro de 2022, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 017 de 06/01/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 18528/2022, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 00180/2022. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Aquisição, sob demanda, de KIT ENXOVAL PARA RECÉM NASCIDO, para atender a necessidade do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, pelo período de 12 (doze) meses. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Às 12:16:02 do dia 01/11/2022 foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer;



Comissão de Pregão II

Foi registrada uma intenção de recurso, a qual foi aceita pelo pregoeiro, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

A empresa FB COMERCIO DE ENXOVAIS E ACESSORIOS LTDA, apresentou o recurso para o Item 1 em 07/11/2022.

Em 08/11/2022, a licitante MERAKI COMERCIO E SERVICOS LTDA, apresentou Contrarrazões, para o mesmo Item;

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Alega a RECORRENTE, em síntese, que:

a) A recorrente sucintamente alega, que *"... fundamentada no artigo 3º, I, da Lei nº 13.874, de setembro de 2019 - Lei de Liberdade Econômica, observou-se que está dispensada de alvarás e licenças diante a atividade econômica exercida, CNAE: 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, pois é considerada atividade de baixo risco e que nenhuma condição adicional fora acrescentada em âmbito Federal, Estadual ou Municipal..."*

b) Afirma que, *"... essa estimada comissão de Licitação julgou a empresa FB COMERCIO DE ENXOVAIS E ACESSÓRIOS LTDA, INABILITADA, pela não apresentação dos documentos abaixo:*

*"...20.2 Comprovação da Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE) válida, expedida ANVISA, de acordo com a Lei nº 6.360/76, Lei nº 9.782/99, Decreto nº 3.029/99 e Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, quando aplicável."*



Comissão de Pregão II

*"...20.3 - Alvará Sanitário de Licença de Funcionamento da empresa proponente, fornecida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, com prazo de validade em vigor, conforme disposto na Lei Federal 6.360/76, no artigo 2º do Decreto Federal nº 8.077/2013, quando aplicável." Prossegue afirmando que, "... Ainda que esta empresa tenha deixado de apresentar tais documentos, observa-se que os produtos em questão tratam-se de produtos para "uso leigo", que dispensam acompanhamento profissional para sua utilização, além de serem comercializados sem se quer alguma restrição, ou seja, são adquiridos facilmente em diversos estabelecimentos comerciais, uma vez que tratam-se de álcool 70, algodão em bolas, compressa de gaze, creme de assadura, fralda descartável, hastes flexíveis, sabonete em barra e shampoo, itens de baixa complexidade e de uso comum e cotidiano..."*

c) Afirma que, *"... exclusão de licitante por equívocos ou lapsos meramente adjetivos no contexto competitivo afronta a busca da melhor oferta..."*.

d) Ressalta que, *"... a reclassificação da empresa FB COMERCIO DE ENXOVAIS E ACESSÓRIOS LTDA, garante aos cofres públicos a COLOSSAL ECONOMIA de R\$ 331.252,48 (Trezentos e trinta e um mil, duzentos e cinquenta e dois reais e quarenta e oito centavos)..."*.

IV. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

Requer a RECORRENTE:

a) *"...Conhecer as razões do presente RECURSO ADMINISTRATIVO, dando-lhe PROVIMENTO, culminando assim com a RECLASSIFICAÇÃO da EMPRESA FB COMERCIO DE ENXOVAIS E ACESSORIOS LTDA..... "*



Comissão de Pregão II

V. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

Em sede de contrarrazões a empresa recorrida MERAKI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME, alega que *"...Em simples compulsar do presente Procedimento Licitatório – realizado por Pregão Eletrônico, percebe-se a obrigatoriedade da licitante apresentar comprovação da Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE) válida, expedida pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária)..."*

Prossegue alegando que, *"... a própria recorrente reconhece não ter cumprido a exigência do Edital. É extemporânea a Irresignação contra requisitos contidos no Edital (já preclusa a fase para impugnação ao Edital)..."*

Afirma que, *"...Infere-se que o processo licitatório em questão tem como objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de KIT ENXOVAL PARA RECÉM NASCIDO, e que o pregão tem como critério de julgamento das propostas o MENOR PREÇO POR ITEM, onde entende-se por item o KIT COMPLETO. Dentro do kit constam itens de enxoval que não são regulamentados pela ANVISA, uma vez que trata-se de itens que não são considerados para saúde, como por exemplo "Toalha de banho" e "Travesseiro", mas também constam itens em que TORNA-SE APLICÁVEL A AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA ANVISA, como itens que são considerados SANEANTES e itens que são enquadrados como CORRELATOS e COSMÉTICOS, como por exemplo; "SHAMPOO", "SABONETE", "HASTES FLEXÍVEIS" E "FRALDAS DESCARTÁVEIS" e por tratar-se do KIT COMPLETO a empresa licitante vencedora necessita estar de acordo com a legislação vigente para comercialização desses itens.*

*Os produtos licitados são categorizados como "PRODUTOS PARA SAÚDE" nos termos da RDC 185/2001 ANVISA, da Lei 6.360/1976, do Decreto 8.077/2013 e da Resolução 16/2014-Anvisa..."*



Comissão de Pregão II

Prossegue afirmando quando ao subitem 20.4 Registro da empresa e de seus responsáveis técnicos no Conselho Regional ou Federal que, *"...anexo aos documentos de habilitação, encontra-se a referida certidão apresentada pela vencedora que, por sua vez, traz em seu texto expressamente que o referido apenas é emitido quando a solicitante apresentar estar regular, inclusive com a respectiva ART...."* conclui que, *"...Como se percebe, a própria certidão do CREMERJ já cita as Lei 6.839 de 30/10/1980 e Resoluções CFM nº 997 de 23/05/1980 e 1.980/2021 que expressamente dispõem que a emissão dessa certidão está submetida à responsabilidade técnica do médico perante a empresa..."*

Requer a recorrida que *"...requer seja NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO, mantendo a decisão de desclassificação da empresa FB COMERCIO DE ENXOVAIS E ACESSÓRIOS LTDA por inabilitada, e a manutenção da declaração de vencedora da empresa MERAKI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA com sua adjudicação e homologação para a formalização da Ata de Registro de Preços..."*

VI. DA ANÁLISE

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

*"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da*



Comissão de Pregão II

*vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."*

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

*"Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos."*

Dito isso, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela empresa FB COMERCIO DE ENXOVAIS E ACESSORIOS LTDA.

Inicialmente cabe informar que a exigência de qualificação-técnica disposta no subitem 20.2 do edital do pregão eletrônico nº 180/2022, foi acrescentada após PROVIMENTO da impugnação interposta pela empresa recorrida, MERAKI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME, em processo administrativo autuado sob o número 29.073/2022 em 17 de outubro de 2022.

Conforme RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA-RDC Nº 16, DE 1º DE ABRIL DE 2014 a qual dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas, em seu artigo V, define comércio varejista de produtos para saúde da seguinte forma:



Comissão de Pregão II

*V – comércio varejista de produtos para saúde: compreende as atividades de comercialização de produtos para saúde de uso leigo, em quantidade que não exceda a normalmente destinada ao uso próprio e diretamente a pessoa física para uso pessoal ou doméstico;[grifo nosso]*

Ainda em consulta ao sítio oficial da ANVISA, que constam "Informações Gerais" sobre o requerimento das Autorizações de Funcionamento, através do endereço eletrônico, <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoainformacao/perguntasfrequentes/administrativo/autorizacao-de-funcionamento-afe-ou-ae/autorizacao-de-funcionamento-afe-ou-ae>

Define distribuidor ou comércio atacadista da seguinte forma:

*“Distribuidor ou comércio atacadista (geral) compreende o comércio de medicamentos, insumos farmacêuticos, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes, em quaisquer quantidades, realizadas entre pessoas jurídicas ou a profissionais para o exercício de suas atividades*

Conforme pode ser verificado no quadro comparativo demonstrado no “item 05” das “Informações Gerais” a Autorização de Funcionamento é OBRIGATÓRIA para o comércio atacadista de cosméticos, perfumes e produtos de higiene pessoal.





Comissão de Pregão II

5. Qual a obrigatoriedade de Autorização de Funcionamento para atacadistas e varejistas?

Empresa	Atacadista*	Varejista
Cosméticos, perfumes e produtos de higiene pessoal	AFE obrigatória	Dispensado de AFE
Saneantes	AFE obrigatória	Dispensado de AFE

*\*Distribuidor ou comércio atacadista (geral) compreende o comércio de medicamentos, insumos farmacêuticos, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes, em quaisquer quantidades, realizadas entre pessoas jurídicas ou a profissionais para o exercício de suas atividades.*

Em pesquisa sobre a matéria restou entendido que a dispensa da AFE para os empresa que comercializam cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumes, se dá apenas no comércio varejista de produtos para a saúde.

Trago ainda trecho das contrarrazões da empresa recorrida que transcreve de forma clara e precisa o entendimento deste pregoeiro quando da decisão da Impugnação que ensejou a exigência de qualificação técnica do subitem 20.2:

*“... Infere-se que o processo licitatório em questão tem como objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de KIT ENXOVAL PARA RECÉM NASCIDO, e que o pregão tem como critério de julgamento das propostas o MENOR PREÇO POR ITEM, onde entende-se por item o KIT COMPLETO. Dentro do kit constam itens de enxoval que não são regulamentados pela ANVISA, uma vez que trata-se de itens que não são considerados para saúde, como por exemplo “Toalha de banho” e “Travesseiro”, mas também constam itens em que TORNA-SE APLICÁVEL A*



Comissão de Pregão II

*AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA ANVISA, como itens que são considerados SANEANTES e itens que são enquadrados como CORRELATOS e COSMÉTICOS, como por exemplo; “SHAMPOO”, “SABONETE”, “HASTES FLEXÍVEIS” E “FRALDAS DESCARTÁVEIS” e por tratar-se do KIT COMPLETO a empresa licitante vencedora necessita estar de acordo com a legislação vigente para comercialização desses itens...”*

Por todo o exposto entendo que em se tratando de contrato de fornecimento de produtos entre a administração pública e empresa fornecedora do ramo, fica configurado o comércio por atacado, por estar sendo realizado entre pessoas jurídicas, desta forma não assistindo razão às alegações da recorrente.

VII. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa FB COMERCIO DE ENXOVAIS E ACESSORIOS LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 180/2022, e no mérito, NEGO PROVIMENTO, mantendo o julgamento anteriormente proferido, permanecendo habilitada a empresa MERAKI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME no pregão em comento.

Diante do não provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, nº 180/2022.



Comissão de Pregão II

Informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 16 de novembro de 2022.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES  
Pregoeiro – Comissão de Pregão II  
Matricula: 206.870